

■ ARTIGOS

■ Educação contra a barbárie: Por que desbarbarizar? Um diálogo sobre a emancipação autônoma

 Denylson Douglas de Lima Cardoso *

Resumo: O presente estudo tem no seu escopo dialogar sobre a problemática da Educação emancipatória e compreender os elementos significativos que constituem a educação para o exercício pleno da cidadania e a reivindicação da razão autônoma. A razão autônoma proposta por Kant impõe ao sujeito uma posição diante da liberdade e expõe o pensamento iluminista como constituinte de uma filosofia ampla, complexa que tem como cerne o uso público da razão. A problemática parte da contraposição kantiana de esclarecimento mediante a identificação do termo fundamentado por Adorno e Horkheimer na Dialética do Esclarecimento, onde o esclarecimento passa a ser problematizado como descontentamento com o mundo e um movimento real da sociedade burguesa, provocando o caos cultural diante do processo de instrumentalização da razão e institucionalização da barbárie. A educação passa a ser um meio de contrainternalização dos meios de dominação vinculadas à barbárie, na negação da humanidade do homem e na construção de uma nova emancipação do estado de Barbárie vigente fundamentada nos fenômenos de agressão primitiva, ódio primitivo, impulso de destruição e falência da cultura.

Palavras-chave: Educação. Barbárie. Autonomia. Educação emancipatória.

* Denylson Douglas de Lima Cardoso é graduado em Filosofia pela Universidade Católica de Brasília – UCB (2013) e em Pedagogia pelo CESB (2019), especialista em Educação para a Diversidade e Cidadania pela FE/UnB, em Patrimônio, Direitos Culturais e Cidadania pelo NDH/UFG; em Docência do Ensino Superior, Gestão e Orientação Educacional pelo Curso de Aprimoramento Profissional Superior (CAAPS), e mestrando em Educação pela Universidade Católica de Brasília (UCB). Professor da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. Contato: denylsondouglas@gmail.com.

1. O sujeito autônomo diante da liberdade da razão: o esclarecimento kantiano

A paz exige uma compreensão ampla da violência refere-se a uma estrutura e a relações sociais caracterizadas pela ausência de todo tipo de violência e pela presença de justiça, igualdade, respeito e liberdade. (Xesús R. Jares)

Immanuel Kant (1724-1804), filósofo prussiano moderno, teve como ponto central a filosofia da razão pura que possibilitasse respostas significativas às questões epistemológicas que surgiram na história da filosofia. Procurou responder às seguintes questões: Como o sujeito pode conhecer? Quais os limites do conhecimento? O que fazemos com o conhecimento? O que é o ser humano? Ao responder o que é permitido ao sujeito conhecer¹, Kant apontará as distinções entre o conhecimento a priori e o conhecimento a posteriori.

Kant faz uma distinção entre a razão pura e a razão prática, sendo que a primeira propõe uma discussão sobre a verdade e a investigação sobre o conhecimento a priori em seus elementos puros (em si) e a segunda corresponde a consciência moral que possibilita o julgamento de determinada ação e o discernimento racional do que é certo ou errado. Nas palavras do autor da Crítica da Razão Prática, percebe-se que:

Princípios práticos são proposições que encerram uma determinação universal da vontade, subordinando-se a essa determinação diversas regras práticas. São subjetivos, ou *máximas*, quando a condição é considerada pelo sujeito como verdadeira só para a sua vontade; são por outro lado, objetivos ou leis práticas quando a condição é conhecida como objetiva, isto é, válida para a vontade de todo ser natural. (KANT, 2013, p.33).

A partir do texto supracitado é possível fazer um paralelo entre a proposta kantiana de autonomia e o exercício da razão prática universalizada. O autor prussiano parte de uma subordinação moral e não externa para o desenvolvimento da razão. Traz para o sujeito racional a universalização da ação moralmente válida e constituída por princípios que abarquem todos os seres de razão em geral. O homem livre é aquele que faz uso público da razão e não se oriente por conduta externa alguma. Há na filosofia kantiana uma busca pela maioria em oposição a minoridade que é fruto da preguiça e da covardia do homem diante da impossibilidade de fazer uso do seu próprio entendimento.

No texto *O que é o esclarecimento*, Kant salienta que o lema do iluminismo é a capacidade autônoma da razão, essa racionalidade que não implica apenas no conhecer, mas principalmente no agir vinculado ao conhecimento². Ao afirmar que “a autonomia da vontade é o único princípio de todas as leis morais” (KANT, 2013, p.52), nega a heteronomia como liberdade, as

leis externas quando orientam a conduta do indivíduo acentuam a coerção da ação, não sendo, portanto, dotada de uma liberdade autônoma.

No texto *O que é o esclarecimento*, também é possível perceber que o exercício do sujeito pensante é um desafio quando se tenta romper com as estruturas da heteronomia, uma vez que é mais fácil ser um menor³, mais conveniente aceitar orientações externas que não implicam o pensamento crítico. Kant revela a face cômoda da heteronomia nos seguintes dizeres:

É muito confortável ser um menor. Se eu tenho um livro que pensa por mim, um pastor que age como se fosse minha consciência, um físico que prescreve a minha dieta e assim sucessivamente, não tenho então necessidade de empenhar-me por conta própria. Se eu posso pagar, não tenho necessidade de pensar. Muitos poderão discordar comigo nessa matéria: os próprios guardiães que se encarregam de cuidar para que a esmagadora maioria da humanidade – e, dentro dela, todo o sexo feminino – não alcance a maturidade, não apenas por ser desagradável, mas extremamente perigosa. Tais guardiães tornam estúpido seu gado doméstico e cuidadosamente se previnem para que suas dóceis criaturas não tomem caminho próprio sem seus arreios. Assim, eles mostram para seu gado o perigo que pode ameaçá-los caso pretendam andar por sua própria conta. (KANT, 2003).

Diante do exposto, a noção kantiana de liberdade implica um imperativo que se diferencia entre os hipotéticos e os categóricos, sendo este último tipo a expressão da lei moral e o primeiro o esclarecimento como liberdade. Os imperativos hipotéticos dizem respeito à norma variável em função do objetivo que se pretende atingir. O imperativo hipotético visa a algum fim que não a própria ação; ele se constitui em um meio para outros resultados. Como os objetivos irão variar conforme as subjetividades dos indivíduos agentes, os imperativos hipotéticos não produzem obrigação, pois não têm a universalidade necessária à lei moral. Nestes, Kant enquadra toda e qualquer proposição ética que vise a objetivos diferentes da própria ação.

Os categóricos, por sua vez, definem por determinar uma ação que visa a si mesma; não é meio para outro objetivo, mas é fim em si mesma. O imperativo categórico é, portanto, só um único, que é este: “Age apenas segundo uma máxima tal que possas ao mesmo tempo querer que ela se torne lei universal” (KANT, 2002, p. 52).

Assim, Kant propõe um *Noûs Praktikós*, um conjunto dos princípios de uma consciência moral alicerçada na ação prática e moral, onde o sujeito pensante livre age e determina de modo particular o resultado de suas ações não orientado por nenhum fator externo, deliberando sobre suas ações de forma universalmente válida, autônoma e fazendo uso público de sua racionalidade.

Em seu texto *Sobre a pedagogia* (1996), Kant afirma

que “A selvageria consiste na independência de qualquer lei. A disciplina submete o homem às leis da humanidade e começa a fazê-lo sentir a força das próprias leis” (KANT, 1996, p.12-13), pois “Quem não tem cultura de nenhuma espécie é um bruto; quem não tem disciplina ou educação é um selvagem” (p.16), uma vez que apenas por meio da educação se possibilitará ao homem tornar-se o que ele é. Afirmando, assim, que:

A disciplina transforma a animalidade em humanidade. Um animal é por seu próprio instinto tudo aquilo que pode ser; uma razão exterior a ele tomou por ele antecipadamente todos os cuidados necessários. Mas, o homem tem necessidade de sua própria razão. Não tem instinto, e precisa formar por si mesmo o projeto de sua conduta. Entretanto, porque ele não tem a capacidade imediata de o realizar, mas vem ao mundo em estado bruto, outros devem fazê-lo por ele. A espécie humana é obrigada a extrair de si mesma pouco a pouco, com suas próprias forças, todas as qualidades naturais, que pertencem à humanidade. Uma geração educa a outra. Pode-se buscar o começo da humanidade num estado bruto ou num estado perfeito de civilização. Mas, neste último caso, é necessário admitir que o homem tenha caído depois no estado selvagem e no estado de natureza rude. (KANT, 1996, p.11-12).

No fragmento supracitado, percebe-se uma análise sobre o sentido de humanidade proposto por Kant. A humanidade como um processo para o esclarecimento e para o uso da razão visando à emancipação e à liberdade. Por ser um dos representantes do Iluminismo, entende ser necessário que os seres humanos se tornem emancipados através da educação, pois apenas ela permitirá a emancipação de toda a humanidade.

2. Esclarecimento e o descontentamento com o mundo

A proposta de racionalização do mundo a partir da perspectiva iluminista, configurou-se como um dos elementos de legitimação do pensamento eurocêntrico como projeto de modernidade, projeto esse que não se consolidou na contemporaneidade, uma vez que a razão passou a ser instrumentalizada como um dos meios de dominação do homem pelo homem, foi a tentativa de tirar o homem integrado ao divino e à natureza. Um problema acrescentado a partir da análise feita por Kant é: A razão humana e o processo de esclarecimento serviu para a emancipação ou para a dominação do homem pelo homem por meio da standardização da barbárie?

Ao considerar o descontentamento com o mundo e com os valores iluministas, o indivíduo se encontra diante de novas dicotomias na contemporaneidade que envolvem novas relações dicotômicas entre sujeito e objeto, razão e emoção, cultura e barbárie acentuam-se

diante do modelo civilizatório europeu, modelo esse ilustrado na estrutura do pensamento iluminista.

Partindo das relações culturais e da selvageria afirmada por Gómez (2005), o progresso da razão enquanto proposta iluminista passou a ser fundamentada como princípio da barbárie imposta aos povos não europeus. Assim versa o autor:

A característica deste primeiro estágio é a selvageria, a barbárie, a ausência completa de arte, ciência e escrita. “No princípio, tudo era América”, ou seja, tudo era superstição, primitivismo, luta de todos contra todos, “estado de natureza”. O último estágio do progresso humano, aquele alcançado pelas sociedades europeias, é construído, por sua vez, como “o outro” absoluto do primeiro e à sua contraluz. Ali reina a civilidade, o Estado de direito, o cultivo da ciência e das artes. O homem chegou ali a um estado de “ilustração” em que, no dizer de Kant, pode autolegislar-se e fazer uso autônomo de sua razão. A Europa demarcou o caminho civilizatório pelo qual deverão transitar todas as nações do planeta. (GÓMEZ, 2005, p. 178-179).

Esse modelo civilizatório é o mesmo que conduzirá ao caminho da barbárie. A ruptura com o modo de enxergar o mundo a partir da integração entre a natureza e o humano produz um mundo objetivado e universal, onde se começa a ter uma visão a partir da perspectiva expansionista que possibilite sua exploração e se torne a base para a formação colonial da história. Desse modo, as dimensões das separações utilizadas anteriormente irão passar desse domínio conceitual e ideológico para uma dimensão capaz de colocar em prática essas esferas.

As noções de sujeito, de indivíduo, servirão de suporte para a legitimação da propriedade privada. Assim, caso não se tenha essas características será legítima a colonização das terras uma vez que, sob essa justificativa, não há direito se não há indivíduo. E se o homem já não é mais o proprietário de sua terra e de sua cultura não compreende a si mesmo enquanto sujeito, indivíduo, e natureza como parte integrada de si. Esse homem já não é mais dono dessa terra, não tem mais direito de habitá-la e dela cuidar. Haverá, portanto, um senhor que domina não só a natureza, mas também o homem que vivia em comunhão com essa natureza. Esse homem dominado, que agora é escravo, colonizado, tem que explorar a natureza, ele tem que trabalhar. O homem, sujeito consciente de si, separado da natureza, agora capaz de dominá-la, utilizará essa natureza para extrair seus frutos e minérios e enviá-los à metrópole.

As relações com o trabalho e com o mundo asseverou a relação do homem com a racionalidade. A razão autônoma passa a ser instrumentalizada visando o desenvolvimento da técnica e da dominação. A saída

parece ser aquela em que objetiva a ideologia de dominação, isto é, ser educado, civilizado e culturalizado, sendo isso, existirá a possibilidade do reconhecimento da existência do si mesmo, de tudo que foi negado, mas que apenas agora pode ser dito e apenas sendo dito por que agora se é reconhecido, ou seja, se é como um deles.

Adorno e Horkheimer, pensadores da escola de Frankfurt, apontam para o problema do descontentamento com o mundo diante do uso instrumental da racionalidade técnica. Para os pensadores da escola crítica, na obra *Dialética do esclarecimento*, o conceito de dialética negativa passa a vigorar diante da necessidade de se tomar um lado no processo do conhecimento. Os pensadores persistem na busca humana em resgatar a humanidade real diante do mundo marcado pelas duas grandes guerras.

A filosofia crítica dentro da ótica de Adorno e Horkheimer aponta a indústria cultural dentro do sistema político e econômico que produz bem e cultura como mercadoria e estratégia de controle social. Compreende os meios de comunicação de massa e a racionalização técnica como mecanismos que contribuem para o uso da dominação visando à padronização dos homens e anulando a capacidade crítica e reflexiva dos indivíduos. Nesse sentido, a obra problematiza o conceito iluminista de esclarecimento que outrora fora desenvolvido por Kant como desenvolvimento do mundo.

Muitas vezes a ação reflexiva na sociedade contemporânea é anulada por uma ideologia que prega a organização e o progresso, trazendo a falsa sensação que tudo funciona muito bem, como engrenagens bem articuladas que se movimentam de forma perfeita. Essa sensação não permite pensar o próprio mundo, fazendo com que o indivíduo perceba nele apenas as facilidades que o progresso proporciona, não levando em conta as transformações que o progresso implica por meio do alto desenvolvimento da técnica.

O processo acelerado de produção exige que as necessidades de consumo sejam atendidas na mesma velocidade que aparecem, fazendo com que a educação passe a ser submetida ao mesmo processo mecânico de produção. A sociedade contemporânea passa a sensação de que tudo caminha em direção a um constante progresso, mas tal progresso leva a uma regressão do próprio homem que, alienado pela ideologia do modo de produção vigente, não consegue manifestar nada que já não tenha sido pré-fabricado, que já tenha sido pensado e programado para as massas.

O processo de massificação passa por diversos fatores e módulos da sociedade burguesa, o esclarecimento passou a ser uma dominação, um movimento real de uma burguesia altamente racional, técnica e que provoca a dominação pelo uso da razão instrumental em

oposição à razão autônoma. Nas palavras de Adorno e Horkheimer (1985, p.14), “o esclarecimento exprime o movimento real da sociedade burguesa”.

O problema da educação na sociedade contemporânea é descrito por Adorno e Horkheimer como o resultado de um processo cultural desencadeado pelo Iluminismo ou Filosofia do Esclarecimento, culminando no sistema econômico e no modo de produção que dá origem ao fenômeno contemporâneo, caracterizado por ele como indústria cultural. O processo de racionalização aparece como uma necessidade de liberdade do homem em relação à natureza, por meio das ferramentas técnicas de dominação da mesma, resultando no desejo de progresso que torna o homem cada vez mais dependente da técnica.

O processo de conhecimento usado como produção técnica criou outras necessidades que vão além do produzir e do consumir. São essas novas necessidades que proporcionam as condições expansivas da ideologia do sistema capitalista. A indústria cultural é um fruto, ou melhor, parte integrante da ideologia do modo de produção capitalista que visa uma totalização da sociedade, ou seja, a ideologia mecânica de dominação da natureza agora domina também o modo de pensar e o comportamento dos indivíduos. A ideologia dominante e totalizante dessa sociedade técnico/científica agora aparece tanto nas relações humanas como também nas produções culturais e artísticas. O processo de racionalização que antes buscava dominar a técnica faz, agora, o inverso: a técnica domina a própria natureza humana. Segundo Adorno e Horkheimer, “a racionalidade técnica hoje é a racionalidade da própria dominação.” (1985, p. 114).

Com esse processo crescente que se espalhou para todos os campos da sociedade contemporânea, o esclarecimento no sentido positivo passa a ter uma lógica inversa dentro do modo de produção vigente, a forma do saber enquanto poder é destituída de uma lógica emancipatória corroborando para uma lógica de dominação, nos termos dos autores:

O saber que é poder não conhece nenhuma barreira, nem na escravização da criatura, nem na complacência em face dos senhores do mundo. [...] a técnica é a essência desse saber, que não visa conceitos e imagens, nem o prazer do discernimento, mas o método, a utilização do trabalho dos outros, o capital. [...] desencantar o mundo é destruir o animismo. (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p. 20)

O que significa então compreender o desencantamento com o mundo? A essa pergunta a resposta passará necessariamente pelas forças ideológicas de alienação provocada pelo capital. A racionalidade técnica é a manifestação dos instrumentos de controle e repressão da autonomia. Nesse sentido, é preciso superar o caos

cultural presente na sociedade contemporânea com mecanismos de contestação dos valores do capital.

Compreendendo o processo de instrumentalização do capital, capta-se aí o papel da sociedade burguesa de alienar e distanciar o homem de sua humanidade, existe nesse contexto, uma objetivação do homem, um fetichismo⁴ pautado na ideologia mais perversa de dominação do homem. Adorno e Horkheimer chamam a atenção para a construção simbólica desses elementos que são destacados na seguinte afirmação:

[...] a sociedade burguesa está dominada pelo equivalente. Ela torna o heterogêneo comparável, reduzindo-o a grandezas abstratas. Para o esclarecimento, aquilo que não se reduz a números e, por fim, ao uno, passa a ser ilusão: o positivismo moderno remete-o para a literatura. "Unidade" continua a ser a divisa, de Parmênides a Rousseau. O que se continua a exigir insistentemente é a destruição dos deuses e das qualidades. [...] todo ritual inclui uma representação dos acontecimentos bem como do processo a ser influenciado pela magia. (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p. 23)

O caráter de imposição da sociedade burguesa diante da fetichização do homem passa por um processo evidenciado pelos autores, no que se refere à anulação do homem e no que se refere ao apreço pelo domínio e pelos mecanismos de controle. A autonomia do homem, nesse sentido, se expressa na condição de comando e de dominação por meio da força, do poder e da razão instrumentalizada.

Na afirmação do poder e do mantimento de tutores da consciência ou guardiões da moral no sentido do esclarecimento de Kant, a definição do poder como controle e domesticação do gado⁵ se acentua com o olhar de poder e de dominação. Nesse contexto Adorno e Horkheimer apontam para a ideia de alienação proveniente do poder da sociedade burguesa.

O preço que os homens pagam pelo aumento de seu poder é a alienação daquilo sobre o que exercem o poder. O esclarecimento comporta-se com as coisas como o ditador se comporta com os homens. Este conhece-os na medida em que pode manipulá-los. O homem de ciência conhece as coisas na medida em que pode fazê-las. [...] o feiticeiro torna-se semelhante aos demônios; para assustá-los ou suavizá-los, ele assume um ar assustadico ou suave. Embora seu ofício seja a repetição, diferentemente do civilizado. (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p. 24)

O fator indicado que leva ao caos cultural é um dos elementos constitutivos da barbárie, pois passa por um processo de instrumentalização para a dominação e para a repressão natural do homem diante do poder de dominação, do caráter compulsivo da sociedade alienada de si e do controle da consciência individual onde "os próprios produtos proíbem a atividade intelectual

diante dos fatos que desfilam velozmente diante de seus olhos" (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p. 119). A indústria cultural diante da proposta dos autores não sublima, mas reprime a capacidade autônoma e reflexiva dos homens afirmando uma heteronomia dominante sobre o sujeito dominado e coisificado.

3. A indústria cultural e a dominação do homem

A medida que a sociedade se modifica, evidencia-se também transformações significativas em seu interior. Cada nova descoberta tecnológica e científica, resulta em saltos no modo de produção e execução das atividades, causando mudanças nos mais variados setores, entre eles o cultural.

O homem contemporâneo está em constante mudança, diante das estruturas sociais, que se baseiam no modo de produção capitalista, que por sua vez se aprimora por meio das novas técnicas de produção. O aprimoramento do modo de produção capitalista acarreta mudanças no comportamento e no relacionamento do homem com o mundo, como consequência, gera uma nova percepção contemporânea baseada na ideologia da produção e de consumo, modificando até mesmo a relação do homem com a arte.

A cultura contemporânea confere a tudo um ar de semelhança. O cinema, o rádio e as revistas constituem um sistema. Cada setor é coerente em si mesmo e todos o são em conjunto. Até mesmo as manifestações estéticas de tendências políticas opostas entoam o mesmo louvor do ritmo do aço. (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p.113).

Para Adorno e Horkheimer, não passa de uma justificativa da indústria para o consumo desenfreado, como mostra o seguinte fragmento:

Os padrões teriam resultado originalmente das necessidades dos consumidores: eis por que são aceitos sem resistências. De fato, o que o explica é o círculo da manipulação e da necessidade retroativa, no qual a unidade do sistema se torna cada vez mais coesa. O que não se diz é que o terreno no qual a técnica conquista seu poder sobre a cidade é o poder que os economicamente mais fortes exercem sobre a sociedade. A racionalidade técnica hoje é a racionalidade da própria dominação. [...] a técnica da indústria cultural levou apenas à padronização e à produção em série, sacrificando o que fazia a diferença entre a lógica da obra e do sistema social. (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p. 114).

Não é mera coincidência a organização social em prol do progresso: essa surge de um pretensso processo evolutivo do homem sobre a luz da racionalidade técnica. Segundo Adorno e Horkheimer, o desejo de progresso da sociedade contemporânea tem origens primitivas,

que advém do desejo antigo de dominação da natureza, onde o homem por meio do esclarecimento buscou superar seus medos e organizar seu pensamento para superar os obstáculos naturais ao afirmar que “o programa do esclarecimento era o desencantamento do mundo. Sua meta era dissolver os mitos e substituir a imaginação pelo saber”. (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p. 20).

O processo de racionalização e dominação da natureza, ao contrário do que muitos historiadores acreditavam, não acontece na Grécia Antiga com o fim do mito, muito menos com o desenvolvimento da lógica e das ciências modernas.

Para Adorno e Horkheimer, o mito é a primeira tentativa de dominação da natureza, usando narrativas para estabelecer uma origem sagrada, servindo como forma de compreender a natureza e dando a ele controle sobre os fenômenos naturais que até então fugiam a sua compreensão. Por exemplo, se um homem afirma por meio do mito que em certa estação do ano sempre deve chover, ele pensa que um deus determinou que isso deve acontecer para homenagear o nascimento de seu filho divino. Os homens passam a dominar o conhecimento sobre determinada estação do ano, permitindo-os saber a melhor data para o plantio.

A própria ciência tem um pouco desses elementos mitológicos quando usa da repetição das fórmulas matemáticas para estabelecer uma relação abstrata entre o fenômeno e o cálculo. Para Adorno e Horkheimer, o processo de esclarecimento e de dominação da natureza foi fundamental na vida do homem primitivo que se encontrava a mercê da chuva, do frio, do vento e de animais maiores. O homem, então, busca dominar a natureza para se tornar livre diante da sua força e vontade, encontrando no esclarecimento uma forma de dominá-la.

A dominação da natureza pelo esclarecimento não se dá somente na natureza externa, mas também na dominação da natureza interna do próprio homem. Por isso, a relação de dominação e poder que o homem emprega à natureza também são repetidos dentro das relações sociais.

O indivíduo acaba por se aprisionar no seu próprio desejo de liberdade por meio da dominação da natureza, criando sobre a bandeira do esclarecimento as ferramentas técnicas necessárias para seu domínio. A sociedade contemporânea estabelece as estruturas ideológicas que fazem a manutenção do desejo inicial do homem, por isso é tão forte a ideia do futuro no homem contemporâneo, futuro que promete total liberdade, seja pelos meios econômicos ou científicos.

Com isso, a sociedade contemporânea se organizou sob o manto do esclarecimento totalizante. Agora tudo parece funcionar na mais perfeita sincronia, todos os setores comungam da mesma ideologia, assim como

os próprios indivíduos que se orientam por ela e se sentem bem ao exercer a função que lhe é designada pelo sistema capitalista. Tudo o que é apresentado a esses indivíduos contemporâneos tem como função a manutenção do *status quo*, no qual o indivíduo se entrega ao trabalho de maneira devota, assim como um soldado que ao vestir o seu fardamento se coloca à disposição da sua pátria, pronto para matar e a morrer em nome dela. A crítica estabelecida pelos autores é evidenciada na seguinte informação:

Por outro lado, a adaptação ao poder do progresso envolve o progresso do poder, levando sempre de novo àquelas formações recessivas que mostram que não é o malogro do progresso, mas exatamente o progresso bem-sucedido que é o culpado de seu próprio oposto. A maldição do progresso irrefreável é a irrefreável regressão. (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p. 46).

A forma que o sistema econômico e cultural se comporta servem para educar e manter os indivíduos dentro da ideologia dos sistemas, o desejo de dominação presente no pensamento mais antigo do homem, hoje é repetido sob o mesmo que antes buscava se libertar da natureza, esse agora se torna prisioneiro da mesma ideia de dominação.

O sistema cobra o preço da dominação pela regressão do próprio homem, usando da anulação dos instintos naturais e individuais para formação do indivíduo social que vive em função do coletivo e do suposto bem comum, cumprindo assim o roteiro de dominação da natureza que inclui a dominação do homem pelo homem, e do homem sobre sua própria natureza. Eis aí um elemento da barbárie, pois o indivíduo singular é anulado em nome da manutenção da sociedade, tornando-se massa manipulada do sistema administrável, onde a ideologia que rege a sociedade contemporânea não deixa espaço para o próprio homem existir, pois este tem que estar totalmente focado dentro do seu trabalho e dentro das suas obrigações perante o sistema econômico, para que assim a sociedade possa seguir rumo à ideia vendida de futuro, que ainda promete o progresso pelo esclarecimento, se tornando um dos fetiches da sociedade atual.

Por esse motivo, o sistema capitalista não é visto por Adorno e Horkheimer como um problema isolado, mas como resultado inevitável da cultura construída pelo próprio homem, esse sistema que vem se aperfeiçoando ao longo dos anos por meio da técnica e dos avanços científicos, tecnológicos e econômicos, que agora consegue exercer poder mesmo sobre as manifestações mais naturais do homem.

A indústria cultural acaba por destruir um dos últimos redutos do pensamento humano, lugar que o homem ainda se encontrava realmente livre em sua própria

natureza, um dos últimos locais onde poderia originar uma crítica real aos rumos tomados na sociedade atual. A organização bem desenvolvida e administrada do sistema capitalista não pode deixar espaço para uma reflexão humana que desequilibre o todo já existente, que vá contra as direções objetivas da sociedade. A cultura massificada que se desenvolveu ao longo do tempo não pode sucumbir a instintos naturais singulares ou mesmo irracionais e, por isso, repete sua dominação e doutrinação.

O indivíduo contemporâneo guia-se dentro das estruturas do mercado onde, na diversidade dos produtos oferecidos os mais consumidos são sempre aqueles que têm o maior nível de exposição ou propaganda. Um homem, para fazer parte de uma sociedade, é desde criança transformado em indivíduo pertencente a ela, passando por um processo de doutrinação, onde seus instintos naturais são anulados de acordo com o comportamento religioso, moral, ético e cultural que a sociedade exige. Desde muito cedo o homem recebe a palavra “não” como parte de sua formação, sendo os seus impulsos podados e reprimidos em nome de um comportamento social.

Aos poucos a sociedade faz a uniformização dos indivíduos e os transformam em força de trabalho. Usando a mentalidade massificada como força propulsora dos vários sistemas que se entrelaçam na sociedade contemporânea e transformando o indivíduo em uma engrenagem que funciona em perfeita sincronia com as demais, trabalhando para o objetivo comum, que é o funcionamento da máquina capitalista, lubrificada e movida pelo suor de seus trabalhadores.

4. A educação para a emancipação em contraposição à mistificação das massas

O encantamento dos sentidos busca por meio do prazer deixar o homem em posição de passividade e fazendo com que se torne vazio de pensamento crítico e afastando-se de qualquer capacidade reflexiva. O indivíduo encontra nos bens culturais e no entretenimento o prazer que ameniza suas angústias, pois é a indústria cultural que preenche as lacunas deixadas pela constante massificação do mundo contemporâneo, a lógica desenvolvida pelo fetichismo da mercadoria, agora é aplicada ao homem.

O termo fetichismo cunhado por Karl Marx descreve a relação da mercadoria com seus produtores e consumidores, onde o produto fabricado esconde em si as relações sociais de trabalho, e o trabalho do homem empregado ao produto, à ocultação dessas características de trabalho cria uma áurea mítica em volta do objeto, que seduz o consumidor a desejar o produto como se as características do seu próprio trabalho pertencessem

à composição do produto, quando na verdade o objeto só devolve ao homem o fruto do seu próprio trabalho.

Nesse sentido, é preciso reivindicar os últimos resíduos de liberdade da humanidade real, a obra *Dialética do esclarecimento* aponta para a automatização do homem diante da humanidade e da barbarização presente nas estruturas de dominação existentes na Indústria Cultural. Não obstante, a exclusão do novo, do diferente passa a ser uma marca da sociedade de consumo. A educação surge como um resgate da humanidade no homem coisificado e contra uma sociedade marcada pela anulação do sujeito e contra a internalização dos valores do capital.

Pensar a educação após Auschwitz é tornar possível compreender os desejos mais levados do homem diante da nadificação e das atrocidades da guerra. Como pensar uma educação que esteja para além dos modelos de dominação e para além da reprodução da barbárie? Adorno na obra *Educação e Emancipação* compreende que é preciso elaborar o passado e criticar o presente prejudicado (2003, p. 11). Elaborar o passado para que os efeitos negativos do pretérito não retornem novamente. A educação é uma arma de combate diante da imposição da barbárie dominante, diante das atrocidades da guerra e diante da ausência do pensamento.

Nesse sentido, Adorno aponta que “o estado na civilização do mais alto desenvolvimento tecnológico, as pessoas se encontrem atrasadas de um modo peculiarmente disformes em relação a sua própria civilização” (ADORNO, 2003 p. 155). Adorno aponta para o reconhecimento do que se chama civilização e das implicações aos valores e símbolos atribuídos a ela. A barbárie assume um caráter agressivo primitivo, um ódio primitivo, um impulso de destruição, uma falência da cultura.

Adorno (2003) entende que cabe à educação o papel de contraposição dos valores da barbárie. Nesse sentido, a educação tem um dever que deve ser posto, ela deve se afirmar contra a barbárie na elaboração do passado e na construção do presente.

O resgate do pensamento autônomo do sujeito crítico passa também pelo questionamento reflexivo diante dos meios de comunicação de massa. A função da educação vai muito além da escola, ela questiona a aceitação das coisas mesmas, tais como se apresentam dotadas de existência própria e destituída de qualquer sentido de criação humana e histórica, ela instaura novos valores e destrói a estrutura passiva da alienação. A educação deve ser o contraponto capaz de identificar o papel alienador dos meios de comunicação de massa. Adorno (2003) aponta nos seguintes dizeres a ideia presente na televisão, compreendendo que a TV é um dos grandes meios de comunicação em massa ao lado do rádio e do jornal. Tais meios moldam o comportamento e impõem os valores dominantes da sociedade burguesa⁶.

[...] por um lado é possível referir-se à televisão enquanto ela se coloca diretamente a serviço da formação cultural, ou seja, enquanto por seu intermédio se objetivam fins pedagógicos: na televisão educativa, nas escolas de formação televisivas e em atividades formativas semelhantes. Por outro lado, porém, existe uma espécie de função formativa e deformativa operada pela televisão como tal em relação à consciência das pessoas, conforme somos levados a supor a partir da enorme quantidade de tempo gasto vendo e ouvido a televisão. (ADORNO, 2003, p. 76).

O efeito da televisão e dos meios de comunicação em massa na formação da consciência das pessoas ainda estava em fase de estudo quando Adorno escreve a obra, no entanto, percebe-se que além do tempo gasto, a propaganda e os valores que são impostos cotidianamente aos telespectadores resultam num tipo de comportamento que são reproduzidos no meio social. Há nesse sentido, uma perda da identidade autônoma e uma massificação do homem. A racionalidade técnica passa a ser desenvolvida mediante a indução da propaganda na orientação do comportamento, criando desejos e impondo a necessidade do consumo.

Compreender esses fatores como elementos de barbárie corroboram para o papel da educação enquanto emancipação. A educação passa a ter um papel central de desbarbarização: função que põe em voga o sistema vigente e permite contrainternalizar os valores da dominação e reafirmar a humanidade. Nas palavras de Adorno (2003), “a tentativa de superar a barbárie é decisiva para a sobrevivência da humanidade” (p. 156).

A educação contra a barbárie também implica uma educação para os valores civilizatórios. Isto é, compreender os perigos da barbárie implica em trazer para a memória presente os atos de barbaridade históricos a fim de que tais atos não se repitam.

Repensar o valor da cultura e da educação para a cidadania pautada no reconhecimento do outro e, na vivência de práticas culturais é fundamental para o processo de desbarbarização. Não se tratando de momentos ou povos específicos, a barbárie está presente em várias manifestações culturais, em povos distintos, mas assumindo um caráter muito peculiar, está na negação de tudo aquilo que amplie o horizonte reflexivo e que valoriza a cultura. Adorno (2003) afirma que se devem compreender os momentos repressivos para que a educação insurja como elemento de contestação e enfrentamento da barbárie.

[...] que existam elementos de barbárie, momentos repressivos e opressivos no conceito de educação e, precisamente, também no conceito da educação pretensamente culta, isto eu sou o último a negar. Acredite que- e isto é Freud puro- justamente esses momentos repressivos da cultura produzem e reproduzem a barbárie nas pessoas submetidas a essa cultura. (ADORNO, 2003, p. 157)

A afirmação supracitada compreende os elementos propostos por Adorno sobre o que caberia à educação. A barbárie como fenômeno geral presente nas mais variadas manifestações culturais, em momentos de re-produção, naturalização e assimilação de atitudes de barbaridade, implica não somente nas atitudes físicas primitivas de violência, mas em situações igualmente constrangedoras que contrapõem os valores culturais afirmados pelos indivíduos. Cabendo a pergunta fundamental até então construída: o que é possível à educação no processo de desbarbarização?

5. Desbarbarizar diante das possibilidades da educação

O processo de desbarbarização proposto por Adorno tem relação direta com os compromissos sociais de uma sociedade esclarecida. A relação de esclarecimento aqui é posta como contestatória, é uma ação permanente e constante da atividade da educação autônoma. Nesse sentido a educação para a desbarbarização implica em ações efetivas pautadas na contraposição da racionalidade técnica e da reproduzibilidade.

Uma educação para a emancipação exige repúdio ao violento, à cultura de terror e da anulação do outro. A revolta proposta por Adorno (2003) faz-se necessária diante de cenários onde imperam a barbárie e a sua naturalização.

Creio que na luta contra a barbárie ou em sua eliminação existe um momento de revolta que poderia ele próprio ser designado como bárbaro, se partíssemos de um conceito formal de humanidade. Mas já que todos nós nos encontramos no contexto de culpabilidade do próprio sistema, ninguém estará inteiramente livre dos traços da barbárie, e tudo dependerá, em vez de permitir seu curso em direção à desgraça. (ADORNO, 2003, p. 158)

Diante desse contexto a questão sobre a barbárie assume um papel fundamental de contrainternalização da demagogia quando se fala em ensino de vivência política. É importante ressaltar que considerar- de forma demagógica - a educação política como doutrinária é uma forma de propagação e manutenção da pobreza política. Segundo Demo, é preciso compreender que há uma hierarquia no que se refere à educação para a superação da pobreza política. Demo aponta nos seguintes dizeres:

Sobre este pano de fundo, o combate à pobreza poderia ser organizado em três dimensões hierárquicas e essenciais: a) primeiro, é mister haver assistência social, porque o direito à sobrevivência é um direito radical; sem ele, não há nada de mais; todavia, o mais imediato nem sempre é mais importante; b) segundo, é mister haver inserção no mercado, para que o

pobre se auto sustente, ande com pernas próprias, tenha projeto de vida; c) terceiro, é mister haver cidadania, para que o pobre assuma seu destino com devida autonomia. Todos os três componentes são essenciais, mas há uma hierarquia entre eles: o mais decisivo é a cidadania. (DEMO, 2001)

Nota-se que a educação para o exercício pleno da cidadania, é uma demanda presente no pensamento de Demo e também se acentua como elemento fundamental da discussão de Adorno. Nesse sentido, o autor ressalta que “a educação política não foi tão inútil como sempre se afirma” (ADORNO, 2003, p. 159). Parte então de um processo de desobediência cidadã, necessária onde reina a barbárie e que corrobora com o exercício ativo da cidadania. A lógica do pensamento de Adorno implica que o processo de desbarbarização não é o elogio à moderação e também não se configura como a calma ou a moderação, pelo contrário, desbarbarizar implica em alguns atos de revolta fruto de uma educação política eficiente.

A superação da barbárie corrobora para a superação da pobreza política. Ambas passam com certa naturalidade diante da alienação e da massificação, não são percebidas e evidenciadas no primeiro momento. São naturalizadas diante da impossibilidade de reflexão sobre a realidade. Cabe ao homem, como afirma Demo (2001), compreender esse elemento que é fundamento de desigualdades. Nas palavras do autor:

Por outro lado, dificilmente se reconhece a pobreza política, porque não se vê com facilidade. A opressão qualitativa, que origina desigualdades pungentes, também é pobreza, nos horizontes do ser. A felicidade, a insatisfação, o abandono batem à nossa porta de muitos modos, que nem sempre são materiais. Não costumam matar como a fome, mas também destroem. Muitos não só poucos ou nada têm, como poucos ou nada são. (DEMO, 2001, p. 21-22)

Se a pergunta “porque desbarbarizar? passa a ser tão relevante no pensamento de Adorno, não seria um contrassenso entendê-la a partir da realidade atual da escola? O problema da barbarização cria uma negação epistêmica, uma anulação do sujeito pensante e um distanciamento dos valores da cultura, e assim, a arte, a filosofia, a sociologia, a história são tidas como ideologicamente perigosas. Nesse sentido, é preciso uma contracultura da cultura vigente de afirmação da barbárie, que se apresenta como uma desobediência possível capaz de negar os valores da competição muitas vezes impostos pelo capital.

Adorno (2003) aponta que um elemento sutil da barbárie presente no modo de reprodução da escola e do ensino. Assim afirma o autor:

Partilho inteiramente do ponto de vista segundo o qual a

competição é um princípio no fundo contrário a uma educação humana. De resto, acredito também que um ensino que se realiza em formas humanas de maneira alguma última o fortalecimento do instinto de competição. (ADORNO, 2003, p. 161)

Infere-se da citação, que a proposta de Adorno para a desbarbarização, passa também pela forma como os docentes incentivam a competição entre os estudantes. Educação contra a barbárie implica uma educação para a diferença e para a autonomia do sujeito pensante, autônomo, que compreende os valores civilizatórios de respeito à dignidade da pessoa humana. As questões apresentadas até então passam pela necessidade de compreender um sistema educacional que possibilite uma educação contra a barbárie, isto é, como educar jovens para que efetivamente apliquem essas reflexões a objetivos humanos de emancipação e não de dominação? Como romper com a lógica da competição diante de uma sociedade marcada pela competitividade?

Não há respostas para todas as questões supracitadas, mas há um indicativo possível dentro da estrutura dos sistemas educacionais, que possibilite uma educação que esteja para além dos modelos de reprodução do capital. A barbárie como falência da cultura deve ser enfrentada por todos aqueles que participam do processo emancipatório e do resgate da humanidade no homem. Adorno versa sobre a falência da cultura na seguinte forma:

Penso que, além desses fatores subjetivos, existe uma razão objetiva da barbárie, que designarei bem simplesmente como a falência da cultura. A cultura, que conforme sua própria natureza promete tantas coisas, não cumpriu a sua promessa. Ela dividiu os homens. A divisão mais importante é aquela entre trabalho físico e intelectual. [...] e como costuma acontecer nas coisas humanas, a consequência disto foi que a raiva dos homens não se dirigiu contra o não-cumprimento (sic) da situação pacífica que se encontrava propriamente no conceito de cultura. [...] a falência da cultura, a perpetuação socialmente impositiva da barbárie [...] são levados de um modo abrangente à consciência das pessoas. (ADORNO, 2003, p. 164)

Nota-se, que Adorno afirma que a falência da cultura se acentua sobre a égide da barbárie, nesse sentido, “o sistema educacional, as pessoas começam a ser inteiramente tomadas pela aversão à violência” (2003, p. 165), assim a aversão se afirma como antibarbárie tal como a negação do princípio de autoritarismo social e político. Entendendo que, onde se afirmam os totalitarismos se naturaliza e perpetua a barbárie, nega-se a possibilidade da reflexão, a existência do outro e cria-se uma aversão ao pensamento crítico e aos saberes estéticos, filosóficos e sociais.

A questão central passa pela superação da dominação, acentuada na emancipação que “parece ser

evidente numa democracia” (ADORNO, 2003, p. 169). Cabe ao homem, por meio da educação emancipatória, sair de sua menoridade, e combater a barbárie, que significa combater os processos de imbecilização do poder oriundos do autoritarismo destituído de sentido ético, estético e político.

A questão proposta por Kant no texto sobre o esclarecimento, “vivemos em uma sociedade esclarecida?

Passa a ser reformulada na lógica contemporânea, que pode ser sintetizada em uma nova pergunta: vivemos em uma sociedade marcada pela barbárie? Ao negar o valor do conhecimento em sua abrangência, se imbecilizamos os valores civilizatórios em nome do autoritarismo, a pergunta se acentua como verdadeira, diante desse cenário cabe, pois combater, com uma educação emancipatória às imposições da reprodução da barbárie. ■

Notas

- ¹ A definição de sujeito no pensamento de Kant implica a capacidade de ordenar as representações por meio das categorias, e de unificar as sínteses, por meio do que se chama apercepção. O sujeito transcendental se opõe à metafísica do objeto ordenando e conduzindo o conhecimento.
- ² Kant parte da ideia de que o lema que justifica a existência do iluminismo é “Sapere Aude”, cabendo ao homem autônomo fazer uso de seu próprio entendimento.
- ³ Menoridade nesse sentido é a inabilidade de fazer uso público da razão ou a vivência fundamentada na heteronomia quando a ação passa a ser orientada por fatores ou elementos externos à consciência moral do sujeito.
- ⁴ A noção de fetichismo aqui empregada tem relação com mistificação ou com fraude. O iluminismo como mistificação ou como fraude das massas.
- ⁵ Definição de Kant quanto à alusão ao modo de tratamento dos guardiões da moral (tutores da consciência) ao cuidar (domesticam) de seu gado (homens submissos arrebanhados pela figura do pastor).
- ⁶ Segundo a teoria fundamentada por Adorno e Horkheimer na obra “Indústria Cultural”, os meios de comunicação em massa (rádio, TV e jornal) possuíam um elemento de dominação diante da passividade do receptor da mensagem. O espectador é o objeto da produção em série de informação e entretenimento. A arte, a propaganda e a reprodutibilidade passam a ser o grande meio de divulgação da cultura elitista e dominante. São meios de “tolher a consciência” e identificar a massa como não crítica.

Referências bibliográficas

- ADORNO, Theodor W. **Educação e emancipação**. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003. 190 p.
- _____. HORKHEIMER, Max. **Dialética do esclarecimento**: fragmentos filosóficos. Rio de Janeiro: Zahar, 1985. 254 p.
- DEMO, P. **Pobreza política** (Pobreza Humana). Disponível em: <http://www.fundacaosintaf.org.br/arquivos/File/Pobreza%20Politica%20%20Pedro%20Demo.pdf>. Acesso em 10 de junho de 2019.
- _____. **Pobreza política**. 6. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2001. 111 p.
- GÓMEZ, C. Santiago. Ciências sociais, violência epistêmica e o problema da “invenção do outro”. En libro: **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Edgardo Lander (org). Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. Setembro 2005, pp.169-186.
- JARES, Xexús R. **Educação para a paz**: sua teoria e sua prática. 2. ed. rev. e ampl. Porto Alegre: Artmed, 2002. 271 p.
- KANT, Immanuel, **Resposta à pergunta**: o que é o esclarecimento? [Brasília?]: Casa das Musas, [ca. 2003]. 38 p.
- _____. **Crítica da razão prática**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2013. 232 p.
- _____. **Fundamentação da metafísica dos costumes e outros escritos**: texto integral. São Paulo: Martin Claret, 2002. 139 p.
- _____. **Sobre a pedagogia**. Tradução de Francisco Cock Fontanella. 2ª Ed. Piracicaba : Editora Unimep, 1996.